



17 DE NOVEMBRO DE 2011
Quinta – feira

- **NOTÍCIAS CNI (ANEXO)**
- **IPTU SERÁ REAJUSTADO PELA INFLAÇÃO EM 2012**
- **VENDAS INDUSTRIAIS SOBEM MAIS DEVAGAR**
- **JAC INVESTIRÁ R\$ 900 MI NA BAHIA**
- **TOMBINI VOLTA A SUGERIR MAIS QUEDAS NO JURO**
- **DEPOIS DE SUBIR MAIS DE 1%, DÓLAR REVERTE E FECHA COM LEVE BAIXA**
- **VOLATILIDADE NO CÂMBIO E EUROPA DERRUBAM CRÉDITO À EXPORTAÇÃO**
- **RATEIO DE DESPESAS ENTRE EMPRESAS**
- **TERCEK DESENVOLVE ELEVADOR AUTOMOTIVO PARA TRANSPORTE PÚBLICO**
- **DEMANDA POR AÇO CONTINUA ALTA E VENDAS CRESCEM 10% NA GERDAU**
- **NOVO DECRETO FLEXIBILIZARÁ IMPORTAÇÃO DE CARROS?**
- **NISSAN PODE CONSTRUIR FÁBRICA EM PARCERIA COM A DAIMLER**
- **PROJETO QUE LIMITA DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA É REJEITADO**
- **INDÚSTRIA PERDE ESPAÇO PARA CONCORRENTES**
- **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - STF DERRUBA AÇÃO QUE QUESTIONAVA REAJUSTE DO SALÁRIO-MÍNIMO POR DECRETO**
- **PROJETO DE LEI - APROVADO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE PARA MOTOCICLISTAS**
- **PIS-FOLHA DE PAGAMENTO - VENCE DIA 25/11 O PRAZO PARA RECOLHIMENTO**
- **DIREITO DO CONSUMIDOR - ENERGIA: TARIFA COBRADA A PARTIR DO CONSUMO DEVE SER APROVADA EM 2012**

Câmbio Em 17/11/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,776	1,777
Euro	2,396	2,398

Fonte: BACEN

IPTU será reajustado pela inflação em 2012

17/11/2011- Gazeta do Povo

As principais cidades do Paraná vão aumentar o IPTU de 2012 apenas com base na correção da inflação acumulada durante este ano – o índice médio de reajuste para os proprietários de imóveis será de cerca de 6% sobre os valores pagos em 2011. Para arrecadar mais, em vez de promover aumentos maiores, os municípios apostam em maneiras de reduzir a inadimplência.

Além dos descontos para pagamento antecipado – que podem deixar o valor pago em 2012 menor que o cobrado em 2011 com alíquota cheia –, as estratégias incluem programas municipais de refinanciamento de impostos atrasados (nos moldes do Refis) e até mesmo a criação de um call center para contatar os contribuintes.

Para 2012, a prefeitura de Curitiba estima arrecadar R\$ 356 milhões com o IPTU, com acréscimo de 8,5% sobre a arrecadação desse ano. O imposto é a terceira principal fonte de renda do município – atrás do Imposto Sobre Serviços (ISS) e da cota-parte do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) repassada aos cofres municipais pelo Executivo estadual.

De acordo com o secretário de Finanças de Curitiba, João Luiz Marcon, a política de desconto visa tornar o pagamento à vista “ligeiramente mais atrativo” para o contribuinte. “Com a estabilidade econômica não faz tanta diferença o pagamento antecipado ou em dez parcelas. Historicamente percebemos que em Curitiba 27% fazem o pagamento em parcela única, independentemente do tamanho do desconto”, afirma Marcon.

Curitiba tem hoje 544 mil imóveis cadastrados. Destes, 364 mil são residenciais, dos 78 mil são isentos – casas de até 70 metros quadrados, com padrão de construção simples e valor final abaixo de R\$ 33,1 mil têm isenção total do IPTU.

O IPVA, tributo recolhido dos proprietários de automóveis pelo governo do estado, poderá ficar até 10% mais barato em 2012 para os proprietários de carros usados – o imposto é calculado com base no preço de mercado dos veículos, que se desvalorizam com o passar dos anos. Com as facilidades recentes para a compra de carros novos, o valor dos usados caiu ainda mais.

Levantamento feito pela Gazeta do Povo com base nos valores da Tabela Fipe do mês de novembro, usada pela Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) para calcular o valor do IPVA do próximo ano, indica que o contribuinte deverá perceber uma pequena variação em relação ao valor pago em 2011. Dependendo do ano e modelo do veículo, o imposto poderá ter uma queda entre R\$ 20 e R\$ 100; neste caso, a economia com o imposto equivale ao custo de abastecer o tanque do veículo com aproximadamente 35 litros de gasolina.

Alíquota mantida

Nos próximos dias, o projeto de lei que definirá a cobrança do IPVA em 2012 será encaminhado à Assembleia Legislativa pela Casa Civil do governo do estado, que confirmou a manutenção das alíquotas em 2,5% para a maior parte dos automóveis. Esse índice é um dos mais baixos dentre os estados da federação – a alíquota de São Paulo, por exemplo, é de 4%.

O desconto para pagamento antecipado ainda não foi definido pelo governo. Nos últimos anos, foi de 5% sobre o valor devido. Segundo a Sefa, a previsão de arrecadação para o próximo exercício é de R\$ 1,6 bilhão. Neste ano, os dados até novembro indicam a arrecadação de R\$ 1,4 bilhão.

Na capital, não haverá revisão da base de cálculo do IPTU. A última atualização com base no valor da planta dos imóveis ocorreu em 2005. O reajuste do imposto será de 6,5%, com base no IPCA acumulado em 2011, e a prefeitura dará um desconto entre 7% e 8% para quem optar pelo pagamento antecipado em parcela única. Aumentos de até 6,5% também serão aplicados em Ponta Grossa e Londrina; em Cascavel, no Oeste, o IPTU será reajustado em 7,99%, com base no IGPM.

No interior, os descontos para quem pagar em parcela única serão maiores que em Curitiba – em Ponta Grossa, serão 20%; em Londrina, 10%; Foz do Iguaçu, no Oeste do estado, que tem um dos maiores índices de inadimplência, dará descontos de até 50%, sendo 20% para o pagamento à vista e bonificações cumulativas anuais que variam de 6% a 30%, de acordo com o histórico de pagamento nos últimos anos.

Calote

O desconto maior oferecido no interior é um estímulo para combater as altas taxas de inadimplência no pagamento do IPTU: 35% em Ponta Grossa e Foz do Iguaçu (onde o índice já foi de 45%), e 23% em Londrina. Segundo o secretário de Finanças de Curitiba, João Luiz Marcon, a inadimplência do IPTU na capital, que gira em torno de 12%, é considerada uma das mais baixas dentre as capitais do país. Ainda assim, a

prefeitura planeja reduzir esse índice para 10% no próximo exercício, o que representaria R\$ 7,2 milhões a mais na arrecadação.

Para isso, a Secretaria Municipal de Finanças de Curitiba criará uma "central de relacionamento", que vai procurar, via telefone, os contribuintes com parcelas do imposto em atraso. "Percebemos que muita gente acaba não pagando o IPTU não porque não quer, mas simplesmente porque se esquece que a parcela está vencida. O objetivo não é cobrar, mas lembrar que o pagamento está em aberto", explica Marcon.

Paranaguá, no litoral do estado, vai adotar uma abordagem diferente para combater o calote: em busca de recuperação de créditos atrasados, a prefeitura está oferecendo um desconto de até 100% sobre os juros e multas dos impostos atrasados para quem deixar as contas em dia até 30 de novembro.

Em todas as cidades, os carnês começam a ser enviados nos primeiros dias úteis de 2012, pelo correio, para a casa dos contribuintes.

Vendas industriais sobem mais devagar

17/11/2011- Gazeta do Povo

O faturamento da indústria paranaense cresceu 4,5% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado, informou ontem a Federação das Indústrias do Paraná (Fiep). Apesar de positivo, o dado comprova que o crescimento do setor é cada vez mais lento, uma vez que as vendas industriais haviam crescido 6,3% no segundo trimestre e 10,8% no primeiro.

De agosto para setembro, as receitas recuaram 3,3%, pressionadas por retrações em oito das 18 atividades industriais monitoradas pela Fiep. Em nota, o coordenador do departamento econômico da Fiep, Maurílio Schmitt, avisou que o resultado de outubro provavelmente foi "muito parecido". Índícios disso são as retrações de 2% nas compras de insumos e de 0,3% no nível de emprego do setor.

Embora incomum – o período agosto-novembro costuma ser o melhor do ano para a indústria –, a queda nas vendas em setembro já era esperada, por causa de uma concentração de vendas "anormal" em agosto, quando o faturamento havia saltado 7,5%, segundo Schmitt.

Apesar dos fracos resultados recentes, no acumulado de janeiro a setembro o faturamento da indústria subiu 7% e, de acordo com a Fiep, o setor deve fechar 2011 "com o melhor desempenho de sua história".

JAC investirá R\$ 900 mi na Bahia

17/11/2011- Gazeta do Povo

O presidente da JAC no Brasil, Sérgio Habib, anunciou oficialmente ontem a construção de uma fábrica de automóveis no polo automotivo de Camaçari, na Bahia. A unidade terá investimentos de R\$ 900 milhões, sendo 80% de capital nacional, e capacidade para produzir 100 mil veículos por ano. Os 20% restantes serão investidos pela estatal chinesa.

“É um marco importante para a indústria automobilística brasileira, pois será a primeira montadora de automóveis de grande volume do Brasil, que produz modelos abaixo de R\$ 50 mil, com controle totalmente nacional”, disse Habib.

O projeto inclui um centro de desenvolvimento de novas tecnologias, um centro de estilo e design – a previsão é contratar 50 profissionais –, laboratórios de acústica e controle de emissão de poluentes, pista de testes e centro de capacitação profissional.

Tombini volta a sugerir mais quedas no juro

17/11/2011- Gazeta do Povo

O presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, aproveitou a cerimônia de posse de 83 novos analistas da instituição, ontem, para lembrar ao mercado financeiro que o cenário desenhado meses atrás pela casa está se confirmando. Quase em tom de “nós estávamos certos”, o presidente do BC disse que “às vezes é preciso tempo para que os cenários fiquem mais claros”.

Além disso, no primeiro discurso realizado por ele após a reversão de parte das medidas macroprudenciais, na última sexta-feira, Tombini reafirmou que o cenário central usado pelos diretores da instituição contempla “ajustes moderados na taxa Selic, uma ação consistente com o retorno da inflação à meta em 2012”.

O discurso feito ontem pelo presidente do BC reafirmou as decisões adotadas pela casa nos últimos meses e pode sinalizar que a estratégia continua, por enquanto, a mesma. “À medida que novas informações são divulgadas observa-se a confirmação do cenário antecipado por esta casa”, disse.

Para Tombini, o tempo dá razão às ações do BC. Segundo ele, a evolução do cenário confirma “as decisões tempestivas adotadas pela autoridade monetária”. “Foi assim no primeiro semestre deste ano, quando os sucessivos aumentos na meta para a taxa básica de juros foram adotados, levando à redução gradual do descompasso entre oferta e demanda”, disse.

“Foi assim, também, quando desenhamos a trajetória esperada para a taxa de inflação acumulada em 12 meses, que deveria atingir seu pico no terceiro trimestre e se reduzir fortemente até o segundo trimestre do próximo ano, cenário que começa a se materializar com a divulgação do IPCA relativo ao mês de outubro último”, reforçou, ao lembrar a recente desaceleração dos índices de preço.

Depois de subir mais de 1%, dólar reverte e fecha com leve baixa

17/11/2011- Valor Econômico

A moeda americana teve forte oscilação de preço no pregão desta quarta-feira, mas termina o dia praticamente estável.

Depois de subir mais de 1% e fazer máxima a R\$ 1,787, o dólar comercial fechou o dia com leve baixa de 0,05%, a R\$ 1,767 na venda.

Na Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), o dólar “pronto” fechou com ganho de 0,37%, negociado a R\$ 1,7716. O giro do dia ficou em US\$ 169,75 milhões.

Também na BM&F, o dólar para dezembro mostrava valorização de 0,11%, a R\$ 1,7775, antes do ajuste final. O contrato caiu a R\$ 1,733 (-0,14%) e subiu a R\$ 1,793 (+0,99%) durante o dia.

O economista da BGC Liquidez, Alfredo Barbutti, ressalta que a formação de preço por aqui continua alinhada ao que acontece no câmbio externo.

Pelo lado local, diz Barbutti, não existem grandes apostas direcionais no mercado futuro, onde bancos e estrangeiros seguem com modestas posições em derivativos.

E pelo lado do câmbio físico, a diferença entre entradas e remessas parece bem equilibrada e ainda não dá para saber o rumo do fluxo nos próximos meses.

Amanhã, o Banco Central (BC) apresenta mais uma parcial do fluxo cambial em novembro, que pode reforçar ou mudar tal percepção.

No front externo, o sobe e desce também foi grande. O euro fez mínima a US\$ 1,343, mas há pouco valia US\$ 1,352, ainda assim queda de 0,13%. Já o Dollar Index, que mede o desempenho da divisa americana ante uma cesta de moedas, caía 0,05%, a 77,92 pontos, depois de fazer máxima a 78,40 pontos (+0,56%).

Volatilidade no câmbio e Europa derrubam crédito à exportação

17/11/2011- Valor Econômico

O financiamento à exportação caiu quase pela metade na última semana de outubro e na primeira de novembro. A média diária de concessão de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) recuou do patamar de US\$ 251 milhões, em setembro, para US\$ 142 milhões no começo deste mês, segundo dados do Banco Central (BC).

A queda, de 43%, decorre em parte da redução do funding de linhas externas, especialmente de bancos europeus, que ocorre há pelo menos dois meses. Mas o fator de maior peso, dizem executivos da área, é a menor demanda por parte das empresas, em função da volatilidade do dólar.

As companhias brasileiras aproveitaram o momento de real mais fraco, em setembro, quando a cotação da moeda americana foi a R\$ 1,95, para antecipar os contratos de ACC. A média diária daquele mês foi a segunda mais alta do ano.

Os exportadores ampliaram o endividamento mas, na sequência, com a perda de força do dólar em outubro, as companhias reduziram o ímpeto e diminuíram a procura por essas linhas - em geral feitas em dólar, com prazos entre seis e doze meses.

Agora, há uma certa expectativa de que a moeda brasileira possa voltar a se depreciar no curto prazo, trazendo nova oportunidade de fechar os contratos de câmbio em um nível mais favorável para o exportador mais adiante. Isso também ajudaria a explicar o freio verificado nas últimas semanas.

Mas não se pode descartar o efeito da crise. As linhas externas em dólares para alimentar os bancos brasileiros ficaram mais escassas com as turbulências que vêm da Europa. Os principais bancos estrangeiros que fornecem ao Brasil linhas de "trade finance" estão localizados no Velho Continente, além dos Estados Unidos.

Especialmente os europeus estão mais seletivos, segundo executivos ouvidos pelo **Valor**. A redução, entretanto, não pode ser comparada à falta de liquidez enfrentada durante a crise de 2008, garantem esses mesmos executivos de grandes bancos.

Mesmo com o recuo recente, o ACC deve terminar o ano no maior patamar da história, ultrapassando o nível pré-crise. O volume total concedido em 2011 chegou a US\$ 45,2 bilhões, no dia 4 de novembro, cerca de US\$ 1 bilhão abaixo do fechamento de 2007 (US\$ 46,2 bilhões), maior valor até então - de acordo com a série do BC, iniciada em 1993.

O crescimento dessas linhas no ano, até agora, é de 45%, já que no mesmo período do ano passado o total liberado pelos bancos para os exportadores havia sido de US\$ 31 bilhões. Não por acaso, o Banco do Brasil, que detém um terço do mercado, bate seu recorde histórico no ano. O BB concedeu, até o início deste mês, US\$ 15,5 bilhões em ACC, já superando o volume total de 2007, o melhor ano até então. "O crescimento foi vigoroso", disse Allan Toledo, vice-presidente do banco.

Ele acredita que a instituição feche o ano ao redor de US\$ 17 bilhões, mas reconhece que o ritmo arrefeceu nas últimas semanas. "A média diária reduziu um pouco nos últimos dias", diz Toledo. "Mas o que caiu foi a demanda das empresas", completa.

Segundo ele, quando o dólar chegou a R\$ 1,8, as empresas correram para fechar muitos contratos. É natural que na sequência haja um recuo, diz, até porque há muita volatilidade no câmbio. "Se o exportador acha que o dólar pode subir, ele espera um pouco para fechar um ACC." Ele ressalta, no entanto, que não faltam linhas externas para o Brasil. "Temos disponibilidade. Nossa captação cresceu muito em moeda estrangeira. Não faltam recursos para o exportador brasileiro", garante Toledo.

Segundo Desmond Wee, superintendente de comércio internacional do HSBC, as companhias estão de fato mais cautelosas, dadas as incertezas na Europa. Mas o banco não reduziu seu apetite de crédito. "Esse é o momento para ampliar o relacionamento com as empresas", diz o executivo, recém-chegado ao Brasil, vindo de Hong Kong.

Tarcisio Rodrigues Joaquim, diretor de câmbio do Banco Paulista, também pondera que a crise econômica atingiu principalmente Europa e Estados Unidos, grandes parceiros comerciais do país, e isso deve diminuir a demanda externa. Ele lembra ainda que os preços das commodities estão em queda. "Apesar do ajuste do câmbio, ocasionado por fatores externos, houve uma queda no preço das commodities, principal fonte de faturamento das exportações brasileiras", avalia Joaquim.

Rateio de despesas entre empresas

17/11/2011- Valor Econômico

As empresas que mantêm entre si relações societárias - holdings, especialmente, mas também empresas interligadas, coligadas, ou ligadas por qualquer meio -, aproveitam essa condição de estruturação de seus negócios para reduzir custos de produção e despesas industriais e administrativas. Nesses casos, uma das empresas, normalmente a controladora (holding), contrata uma terceira empresa para prestar serviços para o grupo econômico. Numa outra situação, também comumente no meio empresarial, a empresa controladora disponibiliza sua força de trabalho administrativo interno para prestar serviços também para as demais empresas do grupo.

A diferença entre as situações é que no primeiro caso a controladora contrata terceiras empresas para prestarem serviços para todas as empresas do grupo, muitas vezes até para si, e compartilha as despesas correspondentes com as demais empresas do grupo. No segundo, utiliza sua própria força de trabalho interna e compartilha as despesas correspondentes com as demais.

Essa prática é lícita e em conformidade com a ampla liberdade do empresário de gerir seus negócios de forma mais econômica perseguindo lucros e dividendos, razão de existência de qualquer empreendimento (Lei nº 6404, de 1976, art. 2º, caput; Código Civil, art. 997, VII). Quanto maior eficiência empresarial, maior o lucro. E esse, afinal tributável pelo IRPJ e CSLL. Apesar da simplicidade, a Receita Federal age de outra forma.

Recentemente, a manifestação da Superintendência da Receita Federal do Brasil da 6ª Região Fiscal (MG), em Solução de Consulta sobre "Rateio de Despesas", foi no sentido de que o rateio, entre empresas, de despesas com serviços de contabilidade e recursos humanos por elas compartilhados deve ser registrado como receita pela empresa controladora do grupo (holding). Trata-se da Solução de Consulta nº 84, de 30 de agosto deste ano.

Quando se trata de sanha arrecadatória, o que já é ruim pode ficar ainda pior

Esse posicionamento do Fisco aumentou o IRPJ, CSLL, PIS e Cofins da empresa consulente. A Superintendência da RFB da 9ª Região Fiscal (PR e SC) havia editado a Solução de Consulta (SC) nº 38 com entendimento contrário, segundo a qual o valor rateado não caracteriza receita da controladora. Para isso, bastaria que o contrato firmado com o prestador dos serviços previsse o coeficiente de rateio correspondente a cada empresa beneficiária dos serviços prestados. Quando se trata de burocracia e sanha arrecadatória, o que já é ruim pode ficar ainda pior, pois quando a RFB autua o contribuinte, o Fisco municipal também exige o ISS.

A diferença no entendimento do Fisco estampada nas duas soluções parece estar no fato de que quando terceira empresa é contratada, as despesas podem ser rateadas. Quando seus próprios empregados são utilizados para prestar serviços para outras empresas do grupo, o rateio de despesas constitui receita tributável.

A Constituição Federal abre o Título VII, "Da Ordem Econômica e Financeira", Capítulo I, "Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica", determinando que a ordem econômica se funda na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa e tem por fim assegurar a todos existência digna (art. 170, caput), sendo a todos assegurado o livre exercício de qualquer atividade econômica (art. 170, par. único). Mais ainda, como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado (art. 174, caput). Portanto, o setor privado, é por disposição Constitucional, livre para gerir seus negócios.

Acontece que dirigir seus próprios negócios como lhe apraz tem um custo imposto pela visão medíocre estatal. Porque, ao se exigir do contribuinte uma contrapartida da redução obtida - o que nem de longe pode ser caracterizado como receita -, é evidente que a condição imposta pelo Estado, de permitir-lhe estabelecer suas escolhas, é totalmente limitada. É bem verdade que os descontos obtidos de fornecedores integra a receita de quem contrata com tais fornecedores. No caso, o ganho seria da controladora. Entretanto, como ele nasce diretamente da negociação comercial com o fornecedor e não tem existência discriminada em nenhum contrato, fatura, documento etc, porquanto nascido em fase anterior à formação do contrato,

esse desconto comercial formalmente inexistente. O contrato formalmente redigido já expressará o preço final celebrado entre as partes, sem qualquer alusão a descontos; é o preço contratado. Não pode ser tributado.

A lei autoriza que, no caso de investimentos mantidos em coligadas e controladas, seja indicado em notas explicativas das demonstrações financeiras o montante das receitas e despesas nas operações entre a controladora e suas coligadas e controladas (Lei 6404/76, art. 247, V). Mas recuperação de despesas, ainda assim, não é receita tributável. No capítulo da Lei das SAs que dispõe sobre os prejuízos resultantes de atos contrários à Convenção (art. 276), está previsto que a combinação de recursos e esforços, a subordinação dos interesses de uma sociedade aos de outra, ou do grupo, e a participação em custos somente poderão ser opostos aos sócios minoritários das sociedades filiadas nos termos da convenção do grupo. A lei reconhece ser sempre legítima a contratação e o rateio se em benefício do grupo econômico, inclusive em prol das empresas ligadas. Se a lei estabelece que receita bruta é o resultado das vendas e serviços, pode-se obter, com certa razão, que a SC nº 84 teria base legal para a exigência fiscal. Essa conclusão, contudo, é desprovida de um fundamento básico de direito empresarial: os serviços cujas despesas são rateadas pela controladora com as demais empresas do grupo econômico não constituem objeto social dela, isto é, não foi constituída para prestar serviços, por exemplo. Portanto, jamais poderiam ser considerados receita e, menos ainda, tributada.

Tercek desenvolve elevador automotivo para transporte público

17/11/2011- CIMM

O investimento em um produto próprio era uma meta para Aurélio Dal Zotto Boff, diretor da Tercek Usinagem, desde o início da empresa. Em outubro ele comemora o lançamento do elevador automotivo Líbero, projetado para tornar-se referência em acessibilidade no transporte público urbano. A ideia foi inspirada no Decreto nº 5.296, de 2004, que garante acessibilidade e respeito aos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, por exemplo, gestantes, idosos, obesos e não só cadeirantes. A medida também exige que 100% da frota nacional deverá estar acessível em 2014.

A ideia para criação de um produto próprio teve início em 2008, a partir de um projeto desenvolvido em conjunto com clientes, de um bloqueador de portas, dispositivo que impede o movimento do ônibus enquanto as portas do veículo estão abertas. Depois de três anos de desenvolvimento em parceria com a ITEC - Incubadora Tecnológica da Universidade de Caxias do Sul (UCS) o produto já está a venda. "Tenho um carinho muito grande por este produto, começamos com desenhos na prancheta e agora ele é realidade", orgulha-se Boff.

O primeiro protótipo do Líbero foi instalado em um cliente em 2010, isto permitiu incorporar mudanças no projeto e mostrar que ele poderia ser colocado em prática. A instalação do elevador é feita em menos de meia hora e não requer compartimentos, válvulas ou reservatórios extras. Diferente dos elevadores convencionais, o elevador automotivo Líbero possui sistema de acionamento elétrico totalmente automático, que possibilita baixo tempo operacional. Pesando menos de 180 Kg, o Líbero é o elevador automotivo mais leve já fabricado no Brasil. Seu baixo peso estrutural contribui com a otimização do consumo de combustíveis, pneus, freios, lubrificantes e suspensão. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Energia e Pesquisa Ambiental - IFEU, na Alemanha, 100Kg a menos em um ônibus urbano economiza até 2250 litros de óleo diesel, na sua vida útil.

Como estratégia de vendas a Tercek começa também a investir em São Paulo e no Rio de Janeiro. "Já temos assistência técnica em São Paulo, com bom relacionamento com empresas de transporte" afirma o diretor. O Líbero espera alavancar boas vendas, pois ainda são poucos os ônibus adaptados aos cadeirantes, São Paulo conta com 15 mil ônibus e apenas cerca de 4 mil adaptados. No município do Rio de Janeiro, dos 8,8 mil ônibus que circulam, 2 mil já estão adaptados, segundo o sindicato das empresas de ônibus.

Gestão como diferencial

A constante atualização é uma das preocupações do empresário para atingir maior crescimento. Este ano Boff concluiu um MBA em gestão empresarial e costuma investir em outros cursos de menor duração. A gestão é algo que ele tem prazer em fazer "Levantar as necessidades dos clientes, ver o que existe no mercado, toda essa longa caminhada dá prazer." Outras formas adotadas para acompanhar as novidades do mercado é a visitação em feiras para saber o que vale a pena trabalhar e o que já está saturado. Na empresa há um acompanhamento sistemático dos clientes e todo ano, ao fazer o planejamento estratégico, contratam uma consultoria para monitorar as demandas de nossos clientes.

Aurélio comenta que a mão de obra qualificada é uma das principais dificuldades da empresa.

"Uma coisa que noto é a falta de conhecimentos básicos de mecânica naqueles que fizeram cursos de capacitação em CNC. Então qualquer erro que aparecer, ele não vai saber resolver", observa o empresário.

A Tercek atua em Caxias do Sul desde 1995 e é especializada em usinagem de peças de precisão para diversos segmentos, principalmente na parte hidráulica de máquinas agrícola e máquinas de construção civil. "Hoje a concorrência é muito maior, mas o mercado também cresceu. Ainda temos muito mercado para ganhar na área de usinagem e acreditamos no crescimento do setor na região", avalia o empresário.

Parcerias com a Universidade de Caxias do Sul (UCS) também fortaleceram o crescimento. " A UCS criou cursos específicos para nossas demandas, abriu possibilidade fazermos testes do nosso produto nos seus laboratórios", conta Aurélio. Também foi através da UCS que as primeiras reuniões do Associação Serrana das Indústria de Usinagem (ASIUSI) foram mediadas. Hoje a entidade, da qual a Tercek é sócia fundadora possui 11 empresas filiadas.

Demanda por aço continua alta e vendas crescem 10% na Gerdau

17/11/2011- CIMM

O aumento de 10% nas vendas físicas da Gerdau durante o terceiro trimestre deste ano, reflexo da maior demanda mundial por aço, resultou na expansão da sua receita líquida consolidada para R\$ 9 bilhões, um crescimento de 9% perante o mesmo período do ano anterior. Já a produção consolidada de aço atingiu 5 milhões de toneladas, um acréscimo de 14% frente ao terceiro trimestre de 2010.

Apesar do aumento da receita líquida, a geração de caixa operacional (EBITDA) consolidada apresentou redução de 4% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 1,2 bilhão, devido à elevação dos custos com matérias-primas. Ao comentar o balanço, o diretor-presidente (CEO) da Gerdau, André B. Gerdau

Johannpeter atribuiu os bons resultados a crescente demanda por aço. "As perspectivas para o mercado global do aço mostram crescimento da demanda, mas continuamos cautelosos em relação às incertezas do cenário econômico mundial", disse.

No Brasil (exceto usinas produtoras de aços especiais), foi comercializado 1,8 milhão de toneladas de aço, volume 9% superior em relação ao mesmo período de 2010, devido ao aumento da demanda no mercado interno. O Brasil foi o destino de 79% dos R\$ 616 milhões investimentos deste trimestre. Os principais projetos a receberem investimentos foram a instalação de laminadores de aços planos e para ampliação da produção própria de minério de ferro, ambos na Gerdau Açominas (MG), e para o aumento da capacidade de laminados da usina de aços longos Cosigua (RJ) e da usina de aços especiais Pindamonhangaba (SP).

Os demais países da América Latina (exceto Brasil) somaram 711 mil toneladas de aço comercializadas, 26% a mais frente ao mesmo período do ano anterior, com destaque para os mercados da Colômbia, do México e da Argentina. Nas unidades do Canadá e dos Estados Unidos (excluindo usinas produtoras de aços especiais), houve um aumento de 8% nas vendas físicas em razão da maior demanda da indústria e do setor de energia, atingindo 1,6 milhão de toneladas.

Novo decreto flexibilizará importação de carros?

17/11/2011- Newsletter Automotive Business

Nesta quarta-feira, 16, informações de bastidores indicavam movimentação junto aos ministérios em Brasília para análise de propostas de empresas interessadas em construir fábricas no País ou ampliar instalações existentes. Depois de uma primeira rodada de negociações com o governo, as *newcomers* estariam agora buscando isenção dos 30 pontos extras do IPI (criados pelo Decreto 7567) em contrapartida aos investimentos prometidos.

Se o ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, fizer a proposição de um terceiro decreto sobre o regime automotivo (recentemente foi emitido o segundo, 7604, confirmando prazo de 90 dias para cobrança do IPI extra, como determinou o STF, beneficiando JAC, Chery e Paccar/DAF, será a vez de fabricantes locais baterem às portas do MDIC pedindo equivalência de tratamento. Marcas tradicionais como PSA Peugeot Citroën, Renault Nissan e MAN acabam de anunciar investimentos bilionários no Brasil e, portanto, seriam merecedoras de benefício para trazer veículos europeus sem pagar os 30 pontos de IPI.

A possibilidade de flexibilizar as regras atuais parece não agradar o governo, em princípio, mas admite-se a preocupação de não perder aportes significativos na indústria automobilística, capazes de levar a novo patamar de produção e competitividade. Segundo cálculos de **Automotive Business** há R\$ 64,5 bilhões em investimentos já anunciados, entre 2010 e 2015, incluindo autopeças. Na segunda-feira a Ford acrescentou R\$ 500 milhões a esse pacote para expandir a produção em Taubaté, onde fabrica motores Sigma e inicia um novo programa para montar propulsores da família Fox, de 3 cilindros.

O emaranhado de soluções necessárias para remendar o decreto original sobre o regime automotivo indica que ficou com o MDIC a batata quente por ter endossado os 30 pontos extras para o IPI, com direito a desconto pela obediência a certas regras de manufatura e conteúdo nacional. A alternativa surgiu de última hora, nos corredores

do ministério da Fazenda, e teria desagradado Pimentel e também Aloizio Mercadante, da Ciência e Tecnologia. Os dois possivelmente concordaram apenas para não contrariar a pressa da presidente da República, Dilma Roussef, em concluir o programa derivado do Plano Brasil Maior, até então estacionado.

Depois do choque inicial do decreto 7567, recebido como inócuo para os propósitos anunciados na divulgação do Plano Brasil Maior e nitidamente protecionista, Pimentel apressou-se a enfatizar que haverá uma segunda fase no programa de estímulo à competitividade. Caberia à segunda onda de iniciativas eliminar as fragilidades da infraestrutura e outros condicionantes que constroem a capacidade do produto brasileiro enfrentar de igual para igual os adversários -- no caso, os asiáticos.

Até início de 2013, quando o decreto 7567 perderá o efeito e a nova etapa de incentivo à competitividade deverá estar definida, a disputa pelo atrativo mercado automotivo local promete envolver a mediação do governo, da justiça e até da OMC. Por força da legislação, deixaremos de importar dezenas de milhares de carros. Mas estaremos longe de ganhar competitividade, criar empregos, promover o desenvolvimento de novas tecnologias e agregar valor e DNA local aos carros. O que está em jogo, por trás de tudo, são os investimentos na indústria automobilística -- que dependerão da habilidade do governo em harmonizar diferentes interesses.

Conteúdo local

Fernando Pimentel, ministro do Desenvolvimento, precisará demonstrar equilíbrio para remendar os imbróglios criados com a regulamentação do atual regime automotivo por meio do Decreto 7567, que estabeleceu regras sobre a possível cobrança de 30 pontos extras no IPI de veículos nacionais e estrangeiros. A maioria dos players tradicionais com linhas de montagem no País vai escapar da majoração, comprovando 65% de conteúdo local e a execução de uma lista de operações de manufatura.

Para os carros estrangeiros trazidos pelos associados da Abeiva (que não têm unidade produtiva no País) o decreto representa uma paulada nos negócios até que eventuais fábricas entrem em operação com os 65% de nacionalização. Para fabricantes locais está aberta a possibilidade de trazer do México e do Mercosul veículos livres da tarifação extra.

Analistas asseguram que chegar aos 65% de nacionalização, especialmente em novos projetos, não é tarefa fácil e depende essencialmente de fornecimentos de sistemistas carimbados como locais. A fórmula de cálculo é mais rígida que a adotada para o conteúdo regional do Mercosul, calibrada para 60%, que embute todo tipo de despesa nas operações, incluindo propaganda.

Ásia Motors

O ministro Pimentel, que já admitiu negociar com os investidores, deve lembrar-se do regime automotivo vigente nos anos 1990 e do frustrado projeto da Asia Motors. A fabricante asiática prometeu construir planta na Bahia (chegou a lançar pedra fundamental) e teve aprovado programa para comercializar veículos asiáticos antecipando benefícios tributários.

A fábrica não saiu e os impostos de importação não foram recolhidos. A dívida, hoje superior a R\$ 1,5 bilhão, ficou sem paternidade claramente definida, já que a Asia Motors saiu de cena, absorvida pela Kia, agora integrante do grupo Hyundai.

Nissan pode construir fábrica em parceria com a Daimler

17/11/2011- Newsletter Automotive Business

Informações da publicação japonesa Nikkei Business apontam que Nissan e Daimler planejam construir uma fábrica de veículos no México para atender a demanda do mercado norte-americano. A intenção seria montar na planta modelos de ambas as marcas, com capacidade próxima de 200 mil unidades anuais e início da produção em 2014. A unidade compartilhada receberia investimento de US\$ 1 bilhão.

Ainda segundo o jornal nipônico, o anúncio da fábrica deve ser feito até o fim deste ano. Tanto a Nissan quanto a Daimler negaram as informações, apesar de admitirem a busca por aumento da produção no México e pela ampliação da cooperação entre as duas companhias.

Desde abril de 2010 a fabricante alemã mantém parceria com a Aliança Renault Nissan. O acordo prevê o desenvolvimento de baterias e tecnologias para carros elétricos, veículos compactos e powertrain. Além disso, as empresas comprometeram-se a compartilhar compras e iniciar operação conjunta em mercados estratégicos, o que pode ser o caso da unidade mexicana.

Projeto que limita demissão sem justa causa é rejeitado

17/11/2011- Relações do Trabalho

O Projeto de Lei Complementar nº 8, de 2003, do deputado Maurício Rands (PT-PE), que pretende restringir o poder do empregador em demissões sem justa causa, foi novamente rejeitado na Câmara Federal. Agora foi a vez da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP). O projeto já havia sido descartado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC). O texto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O Projeto de Lei Complementar nº 8, de 2003, do deputado Maurício Rands (PT-PE), que pretende restringir o poder do empregador em demissões sem justa causa, foi novamente rejeitado na Câmara Federal. Agora foi a vez da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP). O projeto já havia sido descartado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (CDEIC). O texto ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O projeto prevê a regulamentação do inciso I do artigo 7º da Constituição. Na prática, a proposta pretende gerar estabilidade ampla e quase irrestrita em emprego do setor privado. Isso porque propõe que qualquer rescisão sem justa causa do contrato de trabalho deve ser motivada por razões de ordem econômica ou financeira, ou por reestruturação da empresa. Outras justificativas seriam ineficiência de desempenho ou comportamento indisciplinado. Segundo o PL, se essas hipóteses não se comprovarem, o funcionário poderá entrar na Justiça para obter a reintegração.

Para o deputado Sílvio Costa (PTB-PE), relator do projeto na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, o texto deveria ser rejeitado porque, entre outros motivos, criaria novos encargos sobre o contrato de trabalho, que trariam, como consequência, "a restrição à entrada no mercado de novos trabalhadores, prejudicando o grande contingente de desempregados hoje existente no país".

A tendência natural, segundo o deputado, é a de que o empregador evite a contratação de mão de obra se a legislação trouxer dificuldades ao processo de desligamento do empregado. Os deputados da comissão foram unânimes em aprovar o parecer contrário de Sílvio Costa na quarta-feira. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) se manifestou contrária ao projeto.

A aprovação, segundo o advogado trabalhista Túlio Massoni, do Amauri Mascaro Nascimento Advogados, representaria o mesmo que referendar a Convenção nº 158, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A convenção, assinada pela maioria dos países da Europa, restringe dessa mesma maneira a demissão sem justa causa.

No Brasil, a convenção foi aprovada em 1992 pelo Congresso Nacional. O presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a ratificá-la em abril de 1996. No entanto, no mesmo ano, denunciou a norma, ou seja cancelou sua validade. O impasse sobre a validade da convenção ainda não foi resolvido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Tramita na Corte uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) ajuizada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), que questiona a eficácia da norma.

Para Massoni, as restrições mudariam muito a dinâmica das empresas brasileiras, habituadas a dispensar sem justa causa, mediante indenização dos 40% de FGTS. Se o projeto for aprovado, haverá praticamente uma equiparação de todos os funcionários de uma empresa com os membros da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), que possuem estabilidade, prevista na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Indústria perde espaço para concorrentes

17/11/2011- Relações do Trabalho

Peso do Brasil no setor entre emergentes recuou de 8% em 2000 para 5,4% em 2009, segundo agência da ONU

Quando considerados também os países desenvolvidos, o Brasil manteve estável sua participação, em 1,7%

Apesar de ter crescido na última década, a indústria brasileira perdeu espaço não só para a chinesa mas também para a de outros países.

O peso do Brasil na indústria de países emergentes recuou de 8% em 2000 para 5,4% em 2009, de acordo com a Onudi (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial).

Quando a China é retirada do cálculo, a participação do Brasil encolheu menos, mas ainda assim caiu de 11,75% para 10,15% no período.

A estimativa considera a riqueza gerada pela indústria manufatureira, excluindo da conta o setor extrativo, como de petróleo e minério.

Outros países como Índia, Peru e Egito cresceram sua participação na indústria emergente (dentro do cálculo que exclui a China).

O mesmo aconteceu em outras nações do leste asiático, como Indonésia, Vietnã e Tailândia, que vêm atraindo empresas de setores tradicionais como têxtil e calçados da China, onde o custo da mão de obra está em alta.

Esses dados revelam que a indústria brasileira tem crescido em ritmo menor do que em outros países emergentes.

Por outro lado, como o setor cresce menos nos países desenvolvidos, o Brasil manteve estável sua fatia na indústria mundial, em 1,7%.

O economista Júlio Gomes de Almeida, do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), observa que esse patamar mantém a indústria brasileira entre as maiores do mundo. Para ele, contudo, a estagnação indica que "o Brasil não está usando a indústria para acelerar seu desenvolvimento".

Segundo a Onudi, setores não manufatureiros, como serviços e comércio, cresceram mais que a indústria no Brasil de 2005 a 2009.

Almeida defende que o governo busque um câmbio menos valorizado para dar mais competitividade à manufatura nacional, já que o dólar fraco barateia os importados.

"A indústria é muito importante porque é capaz de gerar uma multiplicação do seu dinamismo", afirma.

O economista da USP Carlos Eduardo Gonçalves, por sua vez, considera normal que a indústria cresça menos e perca espaço na economia.

Ele observa que a industrialização do Brasil ocorreu com mais força nos anos 70 e que agora o país trilha o caminho dos países desenvolvidos, onde o setor de serviços ganha mais relevância.

Na sua opinião, o governo deve priorizar medidas que atinjam todos os setores, como redução de impostos e investimento em educação.

CHINA

A China mais que dobrou sua fatia na indústria mundial de 2000 a 2009 para 14,5% e hoje responde por quase metade da manufatura emergente.

O motivo, diz Almeida, consiste no investimento em pesquisa, que cresceu cerca de 20% ao ano no período.

Ação Direta de Inconstitucionalidade - STF derruba ação que questionava reajuste do salário-mínimo por decreto

17/11/2011- Nota COAD

No Diário Oficial de hoje, dia 17/11, foi publicada a ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.568 STF que protestava contra a possibilidade de a Presidenta da República, Dilma Rousseff, reajustar o salário-mínimo por meio de decreto.

Os Ministros do STF - Supremo Tribunal Federal decidiram negar a inconstitucionalidade dos §§ 2º e 3º do artigo 2º da [Lei 12.382/2011](#) (Fascículo

09/2011), que estabeleceram as diretrizes para a política de valorização do salário-mínimo entre os anos de 2012 e 2015.

Projeto de Lei - Aprovado adicional de periculosidade para motociclistas

17/11/2011- Nota COAD

Projeto de lei que prevê pagamento de adicional de periculosidade para os motociclistas foi aprovado nesta quarta-feira (16) pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em turno suplementar. Assim, as atividades de mototaxista, motoboy, moto-frete e o serviço comunitário de rua poderão ser incluídas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-lei 5.452/43) como perigosas, o que garantirá o benefício a esses trabalhadores. O projeto ([PLS 193/03](#)) é de autoria do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) e foi aprovado na forma de substitutivo do relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), em 26 de outubro. Agora, a matéria irá ao exame dos deputados.

A proposta atualiza a CLT, após a promulgação da lei que regula a profissão de mototaxista e motoboy ([Lei 12.009/09](#)). Atualmente, a legislação trabalhista considera perigosas as atividades ou operações que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado.

Na discussão da matéria, o senador Cícero Lucena alertou, no entanto, que a aprovação da proposta e o consequente pagamento do adicional de periculosidade a esses trabalhadores, não elimina a necessidade de capacitação dos profissionais.

FONTE: Agência de Notícias do Senado Federal

PIS-Folha de Pagamento - Vence dia 25/11 o prazo para recolhimento

17/11/2011- Nota COAD

No dia 25/11 vence o prazo para recolhimento, sem acréscimo, do PIS - Folha de Pagamento.

Estão obrigadas ao recolhimento as entidades sem fins lucrativos, inclusive condomínios, e as cooperativas que excluam da base de cálculo do PIS-Faturamento ou da Cofins qualquer das receitas elencadas no artigo 15 da Medida Provisória 2.158-35/2001.

O fato gerador do recolhimento é o pagamento da folha de pagamento de outubro/2011 e a alíquota para recolhimento é de 1%.

Código para recolhimento no DARF: 8301.

Direito do Consumidor - Energia: tarifa cobrada a partir do consumo deve ser aprovada em 2012

17/11/2011- Nota COAD

A Resolução que estabelece a implantação de medidor eletrônico para permitir a cobrança de tarifas de energia elétrica diferenciadas de acordo com o horário de consumo deverá ser aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) só em

2012.

A audiência pública sobre a proposta da Aneel foi encerrada em janeiro e a previsão era que a votação ocorresse em maio deste ano, mas contribuições ainda estão sendo avaliadas pela área técnica da Agência e não há previsão de deliberação da matéria.

A cobrança de tarifas diferentes conforme o horário, que já é adotada no serviço de telefonia, vai possibilitar que os consumidores residenciais controlem melhor o uso da energia elétrica, evitando a utilização de alguns tipos de aparelhos em horários em que a tarifa é mais cara.

Também poderá evitar a sobrecarga do sistema elétrico nos horários de maior consumo. Segundo a proposta da Aneel, as tarifas de energia devem se divididas em pelo menos quatro horários e os valores da energia devem ser informados ao consumidor.

Para o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a Aneel deve exigir das concessionárias investimentos de infraestrutura para atender à demanda e não cobrar a mais do consumidor pelo uso da energia no horário de maior consumo.

“A intenção da proposta é interessante, porque obriga o consumidor a racionalizar a energia e utilizá-la de maneira inteligente nos momentos em que tenha maior demanda, mas o Idec é contrário a qualquer tipo de aumento na tarifa”, diz a advogada da entidade, Mariana Ferreira Alves.

Ela avalia que é preciso uma política de descontos na fatura para quem usa a energia em horários alternativos, e não cobrar mais caro de quem utiliza quando a demanda é maior. “Até porque há pessoas que trabalham o dia inteiro e só pode tomar banho naquele horário. Ela não pode ser punida com uma tarifa mais alta.”

Na Câmara dos Deputados, um Projeto de Lei do deputado federal Weliton Prado (PT-MG) proíbe as concessionárias de energia elétrica de cobrar tarifas diferenciadas por horário do consumo, mas permite que as empresas concedam descontos para quem reduzir o consumo em horários de pico. O Projeto tramita em caráter definitivo na Comissão de Defesa do Consumidor, mas antes da decisão dos deputados, deve ser realizada uma audiência pública sobre o assunto.

Além da cobrança diferenciada, a instalação de medidores eletrônicos de energia vai permitir que os usuários tenham acesso a informações sobre o consumo e o fornecimento de energia e possibilitar a comunicação remota entre consumidor e distribuidora. O prazo para a implantação dos novos relógios de medição pelas distribuidoras deverá ser de 18 meses depois da publicação da Resolução.

FONTE: Agência Brasil